



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682493 - AL (2021/0233370-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**PACIENTE** : RUTE CELINA FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RUTE CELINA FERREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Agravado de Execução Penal n. 0500460-98.2020.8.02.0000).

A paciente cumpre pena privativa de liberdade de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias de reclusão pela prática de roubos circunstanciados, fazendo jus à progressão ao regime semiaberto em 09.10.2020.

Efetuada pedido de progressão antecipada do regime ou colocação da paciente em prisão domiciliar humanitária, o pleito foi indeferido pelo Juízo das Execuções. Interposto agravo, o recurso teve o provimento negado.

A impetrante sustenta que a paciente se enquadra na hipótese da alínea “b” do inciso I do art. 5º da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, que prevê a saída antecipada de presos do regime fechado que façam parte do grupo de risco da covid-19 ou que estejam custodiados em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus.

Afirma que *"a paciente faz parte da POPULAÇÃO LGBT+, pelo que está no grupo risco porque possui taxas mais altas de HIV, câncer e doenças respiratórias, o que significa dizer que uma boa parcela dessas pessoas possui o sistema imunológico comprometido, deixando-os mais vulneráveis às infecções por COVID-19"*. (e-STJ fl. 9).

Alega que há casos de contaminação de detentos e de servidores públicos no sistema prisional de Alagoas.

Aduz que as instalações improvisadas no sistema prisional para o atendimento dos detentos contaminados seriam precárias e insuficientes.

Cita, ainda, a Resolução nº 01/2020 da CIDH e a Resolução nº 04/2020 do CNPCP, bem como o artigo 117 da LEP, que prevê a possibilidade de cumprimento da pena em prisão domiciliar para os condenados acometidos de doença grave.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja

determinada a progressão antecipada de regime ou a colocação da paciente em prisão domiciliar humanitária, mediante monitoração eletrônica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

Na espécie, não há constrangimento ilegal apto ao deferimento da medida de urgência, visto que o Relator, na origem, assim consignou (e-STJ fl. 9):

*In casu, conquanto a Defesa tenha colacionado aos autos documentação voltada a demonstrar que a agravante faz parte da comunidade LGBTQI+ (fls. 30/35), não houve a juntada de qualquer documento médico que circunstanciasse o risco que cerca a recorrente. Além disso, não foi produzida qualquer prova voltada a demonstrar a impossibilidade de a agravante receber os cuidados de saúde que lhe seriam devidos pela equipe médica do próprio estabelecimento prisional.*

*Repise-se que recomendação de reavaliação da situação prisional dos reeducandos, prevista na Recomendação nº 62/2020 do CNJ, não enseja a automática concessão de prisão domiciliar ou antecipação da progressão de regime aos presos que se enquadrem em suas hipóteses.*

*Sem prejuízo do reconhecimento da importância dos movimentos de inclusão social encabeçados por grupos tidos como minoritários, o fato é que inexistente, até o presente momento, comprovação científica no sentido de que o fato de o indivíduo integrar a comunidade LGBTQIA+, por si só, insere-o no chamado "grupo de risco" ao contágio pelo Covid-19.*

Ademais, não há falar em aplicação por extensão da decisão no HC n. 188.820/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. O STF fixou o entendimento de que não configura descumprimento da referida decisão quando o juiz de origem aprecia a situação individual do preso. Afirmou o relator:

*[...] o juízo competente, na apreciação dos processos*

*individuais, poderá deixar de conceder prisão domiciliar ou liberdade provisória, caso presentes situações excepcionalíssimas que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que a soltura, mesmo com imposição de medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), mostra-se manifestamente inadequada ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência